

A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM E AS ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO NA CÚPULA DE LÍDERES SOBRE O CLIMA

THE CONSTRUCTION OF IMAGE AND THE STRATEGIES FOR POLITICAL LEGITIMACY
IN JAIR BOLSONARO'S DISCOURSE AT THE LEADERS SUMMIT ON CLIMATE

Jarbas Vargas Nascimento¹
Danilo Adler Pereira²

RESUMO: Este artigo tem como tema o estudo do discurso político de Jair Bolsonaro, pronunciado na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em 22 de abril de 2021. De um lado, a Cúpula realça a importância dos Estados Unidos com Biden, influenciando a questão climática e, por outro, a pressão sobre o Brasil, desmoralizado pela política de meio ambiente imposta pelo governo. Parte-se do pressuposto de que a Política e o discurso político se organizam por meio de interligações entre o campo de ação e o lugar das trocas simbólicas, organizado segundo relações de poder. De fato, o enunciador do discurso político cria uma encenação, onde sua ação e seu posicionamento se unem ao sujeito social, para constituir uma imagem positiva de si, legitimar-se e empoderar-se. Nesse sentido, o político é reconhecido por seus interlocutores por meio de uma identidade social e subjetiva pré-construída e, embora saiba, esforça-se para mostrar seu poder por meio de uma identidade discursiva, que ele constrói para si próprio. Considerando essas questões, tem-se como objetivo examinar a imagem do sujeito político, que ele partilha com os seus interlocutores e a forma como constrói para si um *ethos* em meio às normas sociais, que garantem a eficácia de seu discurso. Para fundamentar a análise do *corpus*, apoia-se na Análise do Discurso de linha francesa, na perspectiva Semiolinguística de Charaudeau, que postula que o discurso político se constitui por seu conteúdo, nas condições criadas pela situação de comunicação. Os resultados da análise apontam que o discurso de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes do Clima encobre sua ação política, destoa das práticas de seu governo em relação ao meio ambiente e ao aquecimento global e objetiva confundir seus interlocutores.

Palavras-chave: Discurso político; cúpula dos líderes; bolsonaro; poder; *ethos*.

ABSTRACT: The main topic of this article is the study of Jair Bolsonaro's discourse, delivered at the Leaders Summit on Climate, on April 22, 2021. On one hand, the Summit emphasizes the importance of the United States of America with Biden participating on climate issues, on

¹ Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP- Campus Assis. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela USP. Professor titular do Departamento de Ciências da Linguagem e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

² Bacharel em Tradução - Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, Especialista em Língua Portuguesa - PUC.

the other hand, it emphasizes the pressure put on Brazil, which has been demoralized by the environmental policies imposed by its government. The study is based on the concept of Politics and political discourse being both organized by interconnections between the field of action and the place of symbolic exchange, which is organized according to relations of power. The fact is that the enunciator of the political discourse creates an enactment, by which his action and positioning connect to the social subject to constitute a positive self-image while being legitimized and empowered. Therefore, the political subject is known by his interlocutors through a preconstructed social and subjective identity, and, even knowing that, his efforts go towards presenting his power in the form of a discursive identity, constructed by and for himself. Taking this into account, the objective of the article is to examine the image of the political subject, which he shares with his interlocutors, and the way he constructs for himself an ethos among social norms, by which the efficiency of his discourse is guaranteed. The analysis of the corpus is substantiated by Charaudeau's Semiolinguistics theory, a part of the French Discourse Analysis, that describes the political discourse as being composed of its content, on the conditions created by the communication situation. The results of the analysis appoint that Bolsonaro's discourse in the Leaders Summit on Climate does not present new information, while it is out of step with his government policies towards environmental protection and global warming, and aims at subordinating his interlocutors to a relationship of trust and submission to his power.

Keywords: Political discourse; leaders summit; bolsonaro; power; ethos.

1 Considerações iniciais

Desde a origem da constituição da Análise do Discurso de linha francesa (AD), o discurso político ocupa um lugar privilegiado nessa disciplina. A AD propõe uma metodologia, que assume o discurso por uma perspectiva interdisciplinar, valorizando o sujeito da enunciação e as condições sócio-históricas de produção do discurso. Devido, então, à sua natureza interdisciplinar, inscrevemos nosso tema no interior do constructo teórico-metodológico da AD, privilegiando o discurso do presidente Jair Bolsonaro, pronunciado na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril de 2021. Embora a questão do poder e da legitimidade da política seja um tema cuidadosamente tratado por filósofos, ao longo da história, a Cúpula de Líderes, por um lado, realça a importância política dos Estados Unidos com Biden, influenciando a questão climática e, por outro, a pressão sobre o Brasil, desmoralizado pela atual política nacional de meio ambiente. Esse tema se justifica, na medida em que assumimos o discurso de Bolsonaro como uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação da realidade política e social brasileira. (MAINGUENEAU, 2015). Para nós, o discurso político se organiza por meio de interligações entre o campo de ação e o lugar das trocas simbólicas organizado segundo relações de poder.

Atualmente, a Política ocupa um espaço de significativa participação popular, ainda que nem sempre seja suficiente para influenciar nas tomadas de decisões dos atores políticos eleitos por meio da democracia representativa. O papel das mídias, elevado pelo alto nível de difusão pela internet e pelas novas tecnologias, tomou maiores proporções na exposição do fazer político, na construção das imagens dos atores políticos, de suas propostas e de seus discursos, tornando-se um espaço controlador de seus atos perante a própria imagem, objeto de constante preocupação. Enquanto a mídia busca manter sua credibilidade, forjar a imparcialidade e

conquistar o público, que nela deposita confiança sobre as informações do campo político, os atores políticos são forçados a dialogar, interpelar e contradizer essa mesma mídia, de forma constante, a fim de garantir o sustento de sua legitimidade.

Com efeito, considerando essas questões, tudo isso nos leva a examinar a imagem do ator político, Jair Bolsonaro, a linguagem que ele partilha com os seus interlocutores e a forma como constrói para si uma imagem de si em meio ao contrato e às normas sociais que garantem a eficácia de seu discurso. Objetivamos explicitar, também, as estratégias de poder, os posicionamentos e os efeitos de sentido que o discurso do presidente Bolsonaro exerce sobre as relações sociais do Brasil com o mundo. O atual momento mundial e, particularmente, do Brasil, nos incita a falar de questões políticas e dos discursos pronunciados por nossos políticos, de modo particular, de discursos proferidos pelo presidente da República, repletos de manifestações imprevistas.

Na verdade, o enunciador do discurso político cria uma cenografia, onde a ação e o posicionamento entre o sujeito político e o sujeito social se unem para enfatizar o grupo a que pertence. Nesse sentido, o sujeito político é reconhecido por seus interlocutores por meio de uma imagem pré-construída e, embora saiba, procura mostrar seu poder por meio de uma subjetividade discursiva, que ele constrói para si próprio. Para fundamentar a análise do *corpus* que selecionamos, apoiamos-nos na Análise do Discurso de linha francesa (AD), na perspectiva Semiolinguística de Charaudeau (2006), que postula que o discurso se constitui por seu conteúdo, mas nas condições criadas pela situação de comunicação.

As reflexões de Charaudeau (2006) parecem-nos totalmente compatíveis com a noção de discurso, que sustenta e fundamenta a prática política atual, pois nos possibilita relacionar aspectos interiores ao discurso com outros exteriores, tais como, os acontecimentos internos e externos ao Brasil. Os resultados de nossas discussões apontam que o discurso de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes do Clima se opõe aos seus discursos anteriores, que evidenciavam dúvidas em relação ao aquecimento global, e coloca seus interlocutores em uma relação de dependência ao seu poder.

Organizamos nosso artigo, primeiramente, apresentando as condições sócio-históricas de produção do discurso de Bolsonaro, a fim de situar o momento de sua produção e possibilitar ao co-enunciador a compreensão das circunstâncias, que o colocam em funcionamento. Na sequência, apresentamos o aparato teórico-metodológico proposto por Charaudeau (2006), que nos ajuda a evidenciar as condições de emergência do discurso de Bolsonaro e as estratégias, que se oferecem a ele como político. Por fim, procedemos à análise do *corpus* constituído, privilegiando as estratégias utilizadas pelo enunciador e outros aspectos enunciativos, que revelam a relação entre a política, a história e o poder.

2 Condições sócio-históricas de produção do discurso de Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o clima

No esforço de reduzir o aquecimento global, diversas convenções são realizadas, para firmar compromissos entre os países, que almejam conciliar suas demandas industriais e de geração de energia com níveis adequados de emissão dos gases, que impactam o sistema atmosférico de nosso planeta. Parte dos compromissos debatidos nesse sentido tomou forma na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), um tratado, que reuniu países na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o

Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. Com base na confirmação inicial de interesses e metas, os países membros se reúnem periodicamente nas Conferências das Partes (COP), realizadas em locais específicos e atendidas por blocos de países, definidos de acordo com índices predeterminados de desenvolvimento. Nessas reuniões se discutem novas metas e soluções sobre a emissão de gases causadores do efeito estufa, como o dióxido de carbono, a preservação de biomas, os cuidados com os povos originários e as novas tecnologias, que possam auxiliar na preservação ambiental e equilibrar as necessidades industriais e econômicas de cada país.

A cobertura midiática das COP tem sido ostensiva e, entre as conferências comumente destacadas, está a que definiu o Protocolo de Kyoto, ratificado pelo Brasil, em 2002 e aprovado pelo Senado brasileiro, em 2017. Esse protocolo conta com a assinatura de quase todos os membros da CQNUMC, exceto os Estados Unidos e o Canadá e estabelece metas para redução dos gases do efeito estufa, que variam de acordo com o desenvolvimento econômico e as metas de cada país, que chegam a até menos 8% da meta de redução para países considerados industriais, atesta Schauenberg (2020). Outra conferência de destaque nos debates sobre política ambiental definiu o Acordo de Paris, em 2015. Nesse evento, contou-se, também, com a assinatura da maioria dos membros da CQNUMC.

Com o propósito de definir limites para o aumento de temperatura e revisar os tratados firmados anteriormente no combate ao aquecimento global, o Acordo de Paris tem sido debatido nas últimas COP e ocupado um papel de relevância nas considerações feitas acerca de parcerias e investimentos entre diferentes nações, conforme comprova Amaral (2020). Embora o acordo barre a imposição de sanções, uma vez que cada país deve estabelecer e cumprir suas próprias metas, as exportações de produtos precisam alcançar, por exemplo, metas de conservação ambiental, antes de adentrar determinados países europeus. O volume de exportação em setores como a agropecuária diminuiu devido à falta de interesse dos países importadores em adquirir algo, não acordado com métricas de sustentabilidade. Assim, a comunhão de interesses econômicos e acordos comerciais dependem da imagem estabelecida mundialmente por cada país.

A responsabilidade atribuída ao Brasil nesses tratados está diretamente ligada à gestão dos recursos e à preservação amazônica, enquanto as metas relacionadas à emissão de gases são reduzidas em consideração ao impacto econômico, que teria em países em desenvolvimento. Contudo, para Amaral (2000), o Brasil emitiu, em 2019, 9,6% a mais de gases do efeito estufa em comparação a 2018, chegando a ocupar o 6º lugar do mundo com maior emissão no ano. Isso, se excluído o bloco da União Europeia, de acordo com dados divulgados pelo Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). O motivo do aumento pode estar atrelado às atividades de desmatamento e queimadas, grilagem, garimpo e invasão de terras indígenas.

O presidente Jair Bolsonaro, tanto em sua campanha eleitoral em 2018, quanto nos meses que se seguiram à sua eleição, também ganhou destaque nos principais portais midiáticos por suas posições em relação ao clima e às preservações ambientais. Bolsonaro prometeu retirar o Brasil do Acordo de Paris, uma atitude que seguia a decisão do então presidente Donald Trump que, em 2017, optou pela saída dos Estados Unidos do Acordo. Durante sua campanha para presidência, Bolsonaro propôs diminuir a proteção amazônica, incluindo também a diminuição de proteção a terras indígenas. Ainda, após eleito, ameaçou unir o Ministério da Agricultura ao do Meio Ambiente, acusou ativistas ambientais de causarem incêndios na Amazônia e responsabilizou portais midiáticos de causarem um pânico ambiental desnecessário com o propósito de desestabilizar seu governo, assevera Amaral (2020).

Bolsonaro e seus ex-ministros Salles e Ernesto Araújo, também se manifestaram, por vezes, contra medidas protetivas e acordos internacionais relacionados ao meio ambiente. Araújo, por exemplo, afirmou em seu blog, conforme explicitado por Di Cunto, Araújo e Freitas (2018), que a causa ambiental foi capturada pela esquerda e transformada na ideologia da mudança climática, baseada, por sua vez, em argumentos, que ignoraram pesquisas contrárias à afirmação de que o CO₂, na atmosfera, está relacionado ao aumento de temperaturas. A Ministra do Agronegócio, Tereza Cristina, também participa do debate sobre preservação ambiental e teve como destaque, na cobertura sobre suas pautas, a defesa do uso de um número de agrotóxicos, já proibidos nos países mais desenvolvidos do mundo. Além disso, relativizou o uso exploratório de regiões amazônicas e de áreas de preservação indígena e foi acusada por ONGs e instituições de favorecer o setor ruralista em detrimento de previsões e pesquisas científicas, que acusam os riscos ambientais de determinadas medidas.

Com a saída dos EUA do Acordo Climático de Paris, durante o governo de Donald Trump, e com as críticas feitas pela ONU aos países integrantes do G20 quanto a possíveis descumprimentos das metas por eles próprios estabelecidas, o atual presidente estadunidense, Joe Biden, convocou uma reunião com quarenta líderes, a Cúpula do Clima. Nessa reunião, Biden anunciou o retorno dos EUA ao Acordo Climático de Paris e divulgou novas metas voltadas à redução do impacto industrial do país no meio ambiente. O Brasil foi um dos países participantes e, dado o histórico recente das atividades do governo brasileiro perante a temática, a previsão dos ambientalistas não era otimista quanto ao reestabelecimento de uma ordem que retomasse a posição do país entre os dispostos a cooperar com a revisão das medidas. Nesse cenário, considerando o papel de Bolsonaro e o discurso ali pronunciado, nossa abordagem analítica apropria-se da política na construção da imagem do enunciador.

A política, como praticada na modernidade, ocupa um espaço significativo de participação popular, ainda que nem sempre seja suficiente para influenciar as tomadas de decisões pelos atores políticos eleitos democraticamente. O papel das mídias, elevado pelo alto nível de difusão pela internet e pelas novas tecnologias, tomou maiores proporções na exposição do fazer político, na preocupação entre a condução das imagens necessárias aos atores políticos, suas propostas e seus discursos, agindo como controle de seus atos perante a própria imagem, seu objeto de preocupação constante. Enquanto, pela mídia, se busca manter sua credibilidade, forjar a imparcialidade e conquistar o público, que nela deposita confiança sobre as informações políticas, os atores políticos são forçados, constantemente, a dialogar, interpelar e contradizer essa mesma mídia, a fim de garantir a manutenção de sua legitimidade.

A essa apropriação pela mídia do papel de manter os atos políticos sempre à luz do saber público podemos atribuir, em parte, a sustentação de um sistema democrático, uma vez que esse deve estar sempre exposto à opinião pública e dela fazer parte. Bobbio (1987) afirma que a república democrática exige que o poder seja visível, em oposição ao despotismo em que, por considerar a necessidade de celeridade em suas decisões e a incapacidade intelectual de seus súditos de questioná-las, exige invisibilidade do poder.

[...] é essencial à democracia o exercício dos vários direitos de liberdade, que permitem a formação da opinião pública e asseguram assim que as ações dos governantes sejam subtraídas ao funcionamento secreto da câmara de conselho, desentocadas das sedes ocultas em que procuram fugir dos olhos do público, esmiuçadas, julgadas e criticadas quando tornadas públicas. (BOBBIO, 1987, p. 30)

Nesse sentido, a exposição dos atos políticos favorece a entrada do público no âmbito privado e instaura maior proximidade entre os níveis de poder do escolhido com quem o escolheu, desde que o Estado mantenha grau de intervenção, que possibilite tal dinâmica. Logo, essa possibilidade de acompanhamento pelas mídias pode estar relacionada ao que Bobbio (1987) considera o primado do público sobre o privado, e configura-se como parte da oposição contra o Estado mínimo de concepção liberal. A classe burguesa, muitas vezes, ocupante, de forma majoritária, dos poderes políticos, passa a prestar contas e a ter suas atividades reguladas por um Estado, que garante o direito à informação e exige a clareza nos atos relacionados a quem os elegeu. Trata-se, portanto, de um processo de “reabsorção da sociedade civil [burguesa] pelo Estado” em prol da subordinação do interesse individual ao coletivo.

Para que fique claro esse conceito de política e o papel do ator político e de seu público, é preciso que nos aprofundemos em alguns aspectos formadores do cenário em que ocorrem os discursos e a representatividade democrática como espaço do fazer político. Uma das formas de pormenorizar a política está na conceituação da sociedade civil, uma esfera que, segundo Bobbio (1987) passa a ser considerada como apartada da esfera política por escritores como Hegel e Marx, e que toma forma, a partir da delimitação do âmbito em que se exerce o poder estatal.

Numa primeira aproximação pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos jovens etc. (BOBBIO, 1987, p. 36)

Embora existam outras considerações sobre o conceito de uma sociedade que esteja mais ou menos afastada do Estado e que questionam essa divisão e inserem ao debate outros modos de pensar o funcionamento desse sistema político, Bobbio (1987) afirma haver um processo de “socialização do Estado”. Tal processo se dá por meio das organizações de massa e das opções de participação política que permitem a aceção não apenas de uma “sociedade permeada pelo Estado”, mas também de um “Estado permeado pela sociedade”. Dessa forma, tanto o Estado quanto a sociedade podem estar mais ou menos inseridos dentro de um mesmo âmbito, de modo que ambos atuam em momentos necessários do sistema social.

3 Análise do Discurso Político e a Política

Segundo Charaudeau (2006), uma das formas de manifestação do discurso político está justamente na instância política, em que se realizam as promessas e justificativas das próprias ações enquanto se governa. O discurso do sujeito político está voltado ao papel de ação e de governança e ocupa outras formas, mediante o cargo ocupado, o público a que se destina (o público heterogêneo consumidor das mídias, o público-cidadão que julga as promessas, o

público-militante com orientação política definida), o espaço de comunhão dos fazeres políticos, as instâncias jurídicas e econômicas, os poderes públicos e financeiros, além do próprio poder, quando visa a impor controle sobre outros grupos e países. Courtine (2006, p.4) argumenta, ainda, que

O sujeito político é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política.

No entanto, como subtipo da instância política, temos também a instância adversária, que construirá um discurso nos mesmos moldes de comunicar ação e governabilidade, mas com propostas e ideologias contrárias ao poder vigente.

Outra forma de manifestação do discurso político ocorre na instância cidadã, que deve ser entendida, conforme Charaudeau (2006, p. 58), como um termo amplo, uma vez que “a cidadania não se define pela origem étnica, religiosa ou mesmo geográfica, mas pela filiação simbólica dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional”, na qual existe a comunhão e a partilha de escolha de seus representantes. A instância cidadã, portanto, refere-se aos grupos formados fora do governo com a intenção de influenciar as escolhas políticas, reivindica determinadas medidas, busca explicações, exigindo determinada atitude ou participando no processo de eleição e reeleição. A essa instância cidadã cabe um papel além de suas atividades sociais, como a convivência em família, a reunião por motivos religiosos, o agrupamento empresarial e as atividades individuais e mesmo a reunião com objetivos a margem do jogo político cidadão (sociedade civil). A ela cabe o papel de agir em prol de um bem viver, que busque determinações específicas dependentes do agir da sociedade cidadã. Assim a instância cidadã pode subdividir-se em grupos militantes, sindicatos, associações, e demais grupos unidos para agir perante as ações governamentais.

Próxima de ocupar o papel da instância cidadã no que diz respeito a influenciar o governo ainda que estando de fora dele está a instância midiática. Os discursos produzidos pela instância midiática se valem de diferentes modos de mediação e atuam para unir as instâncias e representar um outro olhar perante os acontecimentos políticos. Charaudeau (2006) frisa a responsabilidade da mídia como informante, pela qual busca a credibilidade das demais instâncias, e a sua responsabilidade de captação do maior número de adeptos, o que a coloca na posição de gerir também a sedução comercial. Portanto, ela está subdivida em um duplo dispositivo: o de exibição, em que busca seu desejo de credibilidade, e o de espetáculo, em que busca por cooptação. Dessa forma, o discurso da instância midiática, desde que não vinculado ao poder político, ocupa papel independente e democrático nas funções de “capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública”. (Charaudeau, 2006, p. 63)

Valendo-se desses sistemas, para Charaudeau (2006), o campo político torna-se uma encenação, em que os atores políticos almejam poder na legitimidade, na credibilidade e na cooptação. Dentro de um mecanismo que caracteriza e elege o ator político, é preciso que se conquiste o direito de tomar a palavra, de ocupar cargos, de representar a vontade do outro e de manter ou alterar o funcionamento desse próprio sistema, cujos objetivos são possíveis pela

legitimidade projetada na identidade social do sujeito político.

O mecanismo pelo qual se é legitimado é o reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, realizado em nome de um valor que é aceito por todos. Ele é o que dá direito a exercer um poder específico com a sanção ou a gratificação que o acompanha. (CHARAUDEAU, 2006, p. 65)

A legitimidade, quando concedida para o ator político, ou para a mídia ou para outras instituições que dela dependem, precisa ser mantida e garantida em concordância com o processo que a tornou possível. Assim, a legitimidade deve obedecer a um princípio moral, que determinou sua condição, que foi acordado entre as partes, para que o poder possa ser exercido por alguém de direito. Nesse aspecto, de acordo com Charaudeau (2006, p. 67) a legitimidade difere-se da credibilidade, “a primeira determina um ‘direito do sujeito de dizer ou de fazer’, a segunda, uma ‘capacidade do sujeito de dizer ou de fazer’”. Na mesma linha, a legitimidade não deve ser confundida com autoridade, ao passo que a autoridade conquista o poder de dizer ou de fazer pela submissão do outro.

Alguns aspectos foram motivos favoráveis à legitimação de atores no decorrer da história, como a legitimidade por filiação, em que se aceita como representante legítimo o herdeiro, o que nasceu de uma família tradicional e rica, ou o que nasceu com o poder divino, indicado por entidades espirituais para cumprir uma missão, entre outros atributos relacionados a sorte recebida no nascimento. Outro tipo é a legitimidade por formação, que privilegia a formação em instituições renomadas, a ocupação de importantes cargos e a relevância dentro de um sistema tecnocrata, ocupado pela elite, que seria melhor preparada para guiar as vontades dos demais. Há, ainda, a legitimidade por mandato, em que o povo deve exercer o papel de representação e controle com base em seus próprios ideais e vontades, podendo escolher seus representantes e questioná-los, alterná-los e ter maior controle de suas próprias necessidades.

O discurso é parte inerente da busca pela legitimidade e da construção de uma imagem de si favorável aos princípios morais, que permitem a ocupação do poder. Se, para assumir o papel de representante e exercer o poder é preciso comprovar a capacidade de fazer, do conhecimento técnico, ou ainda comprovar a escolha de si como representante divino, ou do herdeiro capaz de continuar o legado de sua família, é pelo discurso, que se criará a proximidade e se comprovará o carisma e o direito de tomada do poder. A esse processo de construção e manutenção de uma imagem de si, de relacionamento com diversas posições políticas e entidades e, principalmente, na conquista e manipulação da opinião pública, Charaudeau (2006) atribui o conceito de dramatização do discurso.

O ator político não é capaz de compreender inteiramente o seu público, mas pode focar o seu discurso em grupos específicos e moldá-lo, para que a sua imagem corresponda às demandas públicas apresentadas. Se, por um lado, o ator político é comedido e pode passar uma imagem de respeito e resiliência, por outro pode parecer fraco, incapaz de enfrentar com a agressividade necessária os problemas, que se apresentam, assim também o ator político, sensível às mazelas de seu povo, pode passar-se por herói e poderá salvar e resolver os problemas dos mais necessitados. Além disso, pode soar como incapaz de solucionar questões econômicas, que dependam de demasiada racionalidade e frieza quanto às demandas das instituições financeiras.

A via é estreita para o político, que não sabendo quais são, em dado momento, os imaginários mais sensíveis, deve saber conjugar os contrários: mostrar-se, ao mesmo tempo, diplomata e engajado, protetor e dinâmico, distante (a grandeza o obriga) e próximo (a cidadania o compele), astuto, mas honesto, rico, mas não corrompido etc. (CHARAUDEAU, 2006, p. 88)

Dessa forma, o ator político deve saber equilibrar a sua imagem dentro de um cenário variável, dependente tanto de seus partidários quanto de seus adversários e deve ter consciência das emoções, que suscita com seus discursos e atitudes. Há no discurso, portanto, o poder de persuasão por meio das emoções, que se colocará como favorável ou não ao ator político, a partir da leitura que fizer do seu auditório, podendo aparecer como uma “encenação dramatizada”, que gera sentimentos de afeto e se apresenta:

[...] seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural (CHARAUDEAU, 2006, p. 91)

O discurso político segue, então, uma dramaturgia na criação e divulgação de um mal comum, de uma desordem social iminente, da qual não existe saída, trabalhando com as emoções e gerando angústia em seu público. Da mesma forma, o causador desse mal é apresentado como o vilão, podendo ser mais ou menos específico, como o nome de um suposto terrorista ou todos os imigrantes, advindos de determinada região, como o nome de um outro ator político representante de causas minoritárias ou todo um grupo minoritário, que estaria disposto a atacar uma tradição religiosa. A partir disso, surge uma solução que só pode advir de determinado partido ou ator político “que tenderá a construir para si uma imagem mais ou menos forte de salvador da pátria [...]” (CHARAUDEAU, 2006, p. 91).

É assim que, por exemplo, um discurso antes disposto a representar um ator político forte, capaz de enfrentar todos os opositores, pode dar lugar a um discurso vitimista, em que o político não é capaz de cumprir suas promessas por culpa do outro. Ou, ainda, um discurso negacionista perante a ciência e aos fatores climáticos pode transformar-se em um discurso de conciliação, disposto a aderir a parâmetros de proteção ambiental, diante de ameaças e questionamentos advindos, por exemplo, da população e de organizações não governamentais. Esse processo está diretamente relacionado à recolocação de um *ethos*, que corresponde a diferentes interesses, em diferentes momentos.

Incumbido de representar a escolha de si mesmo feita por cidadãos no sistema político democrático e constantemente exposto, o presidente Jair Bolsonaro dialoga através de diferentes faces, de modo a cultivar tanto o discurso que o elegeu quanto os novos discursos necessários à adaptação das exigências, que se apresentem como desafiadoras a sua imagem. Assim, no processo de construção de sua imagem, o presidente Bolsonaro pode desafiar o programa e os projetos apresentados por ele e pelos governos anteriores, revelando sua superioridade, seja ela ética, técnica, ideológica. Assim, ele opta por alguns pontos, que desafiam, e novos planos poderão ser substituídos, a fim de garantir sua continuidade no cargo. É preciso que haja garantia de manutenção de seu plano de governo e o seu sucesso depende do equilíbrio empregado nesse processo.

Assim, por meio da percepção de seus interlocutores, do nível de contentamento ou insatisfação, das necessidades mais relevantes reais ou forçadas dos cidadãos e, por estratégias de manipulação, que Bolsonaro ajusta o seu discurso na Cúpula de Líderes sobre o Clima. Para isso, utiliza-se de ferramentas diversas para conquistar o seu co-enunciador e garantir confiança no que está sendo enunciado e prometido.

As estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: da sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações. (CHARAUDEAU, 2006, p. 82)

Neste sentido, as estratégias discursivas para adequação e conquista do interlocutor podem estar relacionadas a um plano de ação, como a construção da sua imagem, capaz de colocar em prática suas promessas, o seu poder para resolver problemas ambientais. No entanto, pode também estar relacionado a um plano ideológico, em que a sua maneira de pensar sobre aspectos climáticos precisa estar de acordo com os propósitos de seus interlocutores.

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva: uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder [...] (CHARAUDEAU, 2006, p. 79)

Dessa maneira, o discurso de Bolsonaro pode ser mantido ou alterado de acordo com a opinião de seus aliados ou dos enfoques midiáticos sobre sua gestão. Se antes optou-se por um plano de descompromisso ambiental, agora é possível recuar e buscar adequação nas falhas de sua própria gestão como é possível adaptar suas próprias opiniões sobre questões antes assumidas e divergir de sua base, desde que haja um público maior, oferecendo riscos à manutenção de seu governo e ao seu nível de popularidade.

A construção da imagem de si pode ser frágil e depender de determinados fatores como a passagem do tempo e a percepção pública, e o carisma é um fator fundamental, para que sejam mantidos na opinião pública os motivos, que levaram à legitimidade do poder, sem que deixe de conquistar novas parcelas desse público, ainda que em detrimento de parte da imagem construída inicialmente. Assim, o *ethos* político pode estar repleto de contradições e mentiras e pode não corresponder exatamente ao posicionamento ideológico e às reais crenças do presidente, mas à imagem que está sendo percebida por seus interlocutores por meio de seu discurso. “Qualquer que seja a construção dessas imagens e de seus efeitos sobre os povos, um fato se revelou para a história: elas são frágeis. Adoradas um dia, podem ser queimadas no dia seguinte”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 89)

Charaudeau (2006) argumenta, por fim, que a AD, nesse processo de construção da imagem política, deve levar em conta aspectos, que estruturam e tipificam o falar político, ou seja, os dispositivos, que estruturam a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras, os lugares, as identidades, as funções comunicacionais e suas finalidades. Além disso, devem-se considerar, ainda, as instâncias do dispositivo, por meio das quais se definem papéis e intenções

de troca, dependentes de uma necessidade comunicacional, a ser suprida discursivamente, e por meio das quais se evita a correlação unilateral dos fatos políticos aos fatores psicológicos, sociais e ideológicos do ator político.

4 Imagem e legitimação no discurso político de Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima

Com base nessas condições histórico-sociais e políticas e no constructo teórico-metodológico proposto por Charaudeau (2006), nesse tópico, procedemos à análise de recortes selecionados do discurso de Jair Bolsonaro, pronunciado na Cúpula dos Líderes sobre o Clima. Temos como meta identificar, nos recortes selecionados, os aspectos discursivos presentes em seu empreendimento político, na construção da sua imagem de liderança e seu desejo de influenciar os países com os quais se comunica e de detalhar seu posicionamentos no debate global de preservação climática. Para nós, os recortes analisados evidenciam que o discurso de Bolsonaro projeta sua imagem e visa a legitimá-lo como um sujeito detentor de poder político, fundado sobre um olhar social. Tratamos, ainda, de relacionar a constante preocupação global de preservação ambiental com a imagem de um presidente, que comanda uma nação com um trajeto de negação científica e com a tentativa de reformulação discursiva de sua imagem, a fim de garantir sua legitimidade.

Em nossa análise, consideramos, em primeiro lugar, as condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso de Bolsonaro, conforme já explicitamos. Entendemos que o espaço e o tempo discursivos instituem uma representação imaginária, que o enunciador político faz de sua própria imagem, ao referir-se a si próprio em seu discurso pelo que já foi dito e ouvido por seus interlocutores. Segundo Courtine (2006, p.39), “querer analisar os discursos era, então, querer fazer mais que um simples trabalho de linguista, era também, de certa maneira, desejar ocupar uma posição heroica numa luta teórico-política: reintegrar num gesto libertador, o que uma decisão arbitrária havia excluído”.

Assim, faz-se necessário observarmos a condição sócio-histórico-cultural de produção em que os cidadãos brasileiros, sobretudo a instância adversária, investe em um posicionamento contrário ao que se explicita nesse discurso.

Recorte 1

Historicamente, o Brasil é voz ativa na construção da agenda ambiental global. Renovo, hoje, essa credencial, respaldada tanto por nossas conquistas até aqui quanto pelos compromissos que estamos prontos a assumir perante as gerações futuras.

Como detentor da maior biodiversidade do planeta e potência agroambiental, o Brasil está na vanguarda do enfrentamento ao aquecimento global.

Ao discutirmos mudanças no clima, não podemos esquecer a causa maior do problema: a queima de combustíveis fósseis ao longo dos últimos dois séculos.

O Brasil participou com menos de 1% das emissões históricas de gases de efeito estufa, mesmo sendo uma das maiores economias do mundo. No presente, respondemos por menos de 3% das emissões globais anuais.

Contamos com uma das matrizes energéticas mais limpas, com renovados investimentos em energia solar, eólica, hidráulica e biomassa.

Somos pioneiros na difusão de biocombustíveis renováveis, como o etanol, fundamentais para a despoluição de nossos centros urbanos.

No campo, promovemos uma revolução verde a partir da ciência e inovação. Produzimos mais utilizando menos recursos, o que faz da nossa agricultura uma das mais sustentáveis do planeta. Temos orgulho de conservar 84% de nosso bioma amazônico e 12% da água doce da Terra.

Neste recorte, o enunciador constrói seus enunciados apoiado em dados anteriores ao seu governo, ou seja, ao passado histórico dos esforços de preservação ambiental e de enfrentamento ao aquecimento global. Ele utiliza essa estratégia, a fim de reforçar a ideia de que o Brasil não deveria ser objeto de críticas quanto às medidas de proteção ambiental. Além disso, serve-se de uma estratégia de engajamento, ou seja, a política-ação em relação à posição do Brasil, país considerado em desenvolvimento e fora da lista dos países industriais mais poluentes. Na verdade, o enunciador tenta ressignificar a cobrança externa sobre os mecanismos brasileiros de preservação ambiental. Assim, unindo o debate a seu posicionamento, o ator político atesta a importância da biodiversidade brasileira e o quanto ainda há a ser preservado. Entretanto, não faz alusão diretamente a seu governo, ou ao que tem sido feito por seu governo, contemporaneamente, em prol de medidas necessárias aos fatores por ele citados, como a produção energética, os investimentos tecnológicos ou a preservação amazônica.

O recorte reforça os posicionamentos de seu governo, que acusam de exagero a preocupação com a preservação ambiental no Brasil, assim dirimindo sua responsabilidade na Cúpula do Clima. A partir disso, o enunciador coloca em funcionamento um discurso de superioridade, colocando em foco os países, que respondem por níveis elevados de emissão dos gases do efeito estufa e investem demasiadamente em combustíveis fósseis. Por meio de uma encenação sociolinguageira, o enunciador esboça, para o Brasil, a imagem de um país rico em investimentos tecnológicos, detentor de um sistema de agricultura sustentável e responsável por baixos níveis de emissão dos gases do efeito estufa.

Contudo, essa imagem é construída por meio da omissão das críticas que vêm sendo feitas ao seu governo, não apenas em âmbito global, mas também por instituições brasileiras. Um dos aspectos dessa omissão está no fato de Bolsonaro optar por não apresentar as fontes utilizadas no levantamento dos dados de preservação apresentados em seu discurso, ainda que existam ao seu dispor diversas instituições respeitadas internacionalmente e responsáveis por publicar com frequência os índices de emissão de carbono, os índices de queimadas na floresta amazônica e as projeções sobre diversos aspectos ambientais com base em pesquisas recentes.

Preocupado em criar uma imagem positiva de si e de seu governo, o enunciador político constrói para si uma dupla identidade discursiva; a primeira relacionada à Política externa e outra que corresponda a uma prática política. Podemos afirmar que a primeira identidade se sustenta em seu posicionamento ideológico de político em relação à vida em sociedade, a segunda coloca-o em uma posição privilegiada, no processo comunicativo da gestão do poder. De acordo com Charaudeau (2006), o enunciador político recorre à persuasão e à sedução de forma a atrair seu interlocutor frente a questão tão relevante, naquele momento histórico.

Outra estratégia constitutiva desse discurso é a omissão, que se explicita pela ausência de explicações sobre os meios técnicos, que permitiram ao Brasil alcançar os patamares de

preservação citados. Nesse sentido, ao utilizar-se de enunciados que traduzem efeitos de sentido de reforço da sua posição e de sua imagem, a encenação discursiva torna-se bastante simplificada, na medida em que o enunciador cria enunciados curtos, facilmente assimiláveis e incompletos, de uso nas redes sociais, especialmente por conterem poucos caracteres Blommaert (2018). É esse mesmo tipo de estratégia que deixa margem para dúvidas evidentes sobre os processos que permitiram ao Brasil participar *com menos de 1% das emissões históricas de gases de efeito estufa, mesmo sendo uma das maiores economias do mundo*, ou renovar os investimentos *em energia solar, eólica, hidráulica e biomassa* e produzir *“mais, utilizando menos recursos*.

Recorte 2

Como resultado, somente nos últimos 15 anos evitamos a emissão de mais de 7,8 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera.

À luz de nossas responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, continuamos a colaborar com os esforços mundiais contra a mudança do clima.

Somos um dos poucos países em desenvolvimento a adotar, e reafirmar, uma NDC transversal e abrangente, com metas absolutas de redução de emissões inclusive para 2025, de 37%, e de 40% até 2030.

Coincidimos, Senhor Presidente, com o seu chamado ao estabelecimento de compromissos ambiciosos. Nesse sentido, determinei que nossa neutralidade climática seja alcançada até 2050, antecipando em 10 anos a sinalização anterior.

Entre as medidas necessárias para tanto, destaco aqui o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até 2030, com a plena e pronta aplicação do nosso Código Florestal. Com isso, reduziremos em quase 50% nossas emissões até essa data.

Há que se reconhecer que será uma tarefa complexa. Medidas de comando e controle são parte da resposta. Apesar das limitações orçamentárias do Governo, determinei o fortalecimento dos órgãos ambientais, duplicando os recursos destinados às ações de fiscalização.

Mas é preciso fazer mais. Devemos enfrentar o desafio de melhorar a vida dos mais de 23 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia, região mais rica do país em recursos naturais, mas que apresenta os piores índices de desenvolvimento humano.

A solução desse “paradoxo amazônico” é condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

Neste recorte 2, o enunciador político prossegue com promessas relacionadas à neutralidade climática, à eliminação do desmatamento ilegal e à redução de emissões dos gases do efeito estufa. Como é de conhecimento dos interlocutores brasileiros, esses temas tiveram sua relevância questionada, anteriormente, pelo presidente Jair Bolsonaro e por alguns de seus ministros. Surpreendido com a constante pressão interna e externa sobre seus posicionamentos frente à preservação ambiental, o enunciador político afasta-se do posicionamento ideológico que empregava na tratativa desses temas e busca a reaproximação tanto com os líderes presentes naquele evento comunicativo internacional, quanto com parte de seus interlocutores brasileiros, contrários a seus posicionamentos anteriores.

Nesse recorte do discurso de Bolsonaro, pronunciado na Cúpula dos Líderes sobre o Clima, misturam-se verdades e mentiras, atitudes sem as quais não possibilitaria ao enunciador ação possível no espaço público. No entanto, por um lado, o projeto político, que o elegeu e que o ajuda a manter a legitimidade diante de seu público militante sempre esteve no caminho de oposição às medidas propostas pelos acordos climáticos. Por outro lado, o discurso pronunciado na Cúpula dos Líderes vai de encontro às suas promessas anteriores e com o que parecia estar de acordo com os desejos de parte da sua base, como a bancada ruralista e os grandes empresários. Concretiza-se, assim, um dos fundamentos da Política contemporânea.

O enunciador dirige seu discurso, especificamente, ao presidente Joe Biden e afirma um pacto com os interesses dos Estados Unidos, embora tenha escolhido anteriormente, Donald Trump, ao não demonstrar interesse de manutenção dos termos previstos no Acordo de Paris. Para tanto, o enunciador serve-se novamente de afirmações pouco complexas e não explica como suas promessas poderão ser cumpridas, ou que medidas efetivas serão tomadas para a materialização delas. Inclusive, alega limitações orçamentárias, que precisariam ser superadas e reforça a necessidade de apoio internacional, questão proposta por seu ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Dessa maneira, o posicionamento negacionista, que esteve presente em discursos anteriores, agora abre espaço para um posicionamento vitimista, em que as capacidades internas do país de solucionar os desafios ambientais não são suficientes, mas que, mesmo assim, muito está sendo feito por ele e por seus aliados em prol da preservação ambiental. Esse surpreendente posicionamento do enunciador reforça sua imagem e institui uma imagem de um Brasil que, embora com poucos recursos, manteve e continuará mantendo os acordos propostos. Aliado a isso, o enunciador anuncia informações sobre investimento e sobre preservação, contestados pela mídia brasileira, em relação aos órgãos ambientais, cuja autonomia de pesquisa e ação foram ameaçadas, e cujo projeto de proteção da região amazônica, apontado como ineficiente, ou seja, abaixo dos níveis recomendados.

Recorte 3

Devemos aprimorar a governança da terra, bem como tornar realidade a bioeconomia, valorizando efetivamente a floresta e a biodiversidade. Esse deve ser um esforço, que contemple os interesses de todos os brasileiros, inclusive indígenas e comunidades tradicionais.

Diante da magnitude dos obstáculos, inclusive financeiros, é fundamental poder contar com a contribuição de países, empresas, entidades e pessoas dispostos a atuar de maneira imediata, real e construtiva na solução desses problemas.

Neste ano, a comunidade internacional terá oportunidade singular de cooperar com a construção de nosso futuro comum.

A COP26 terá como uma de suas principais missões a plena adoção dos mecanismos previstos nos Artigos 5º e 6º do Acordo de Paris.

Os mercados de carbono são cruciais como fonte de recursos e investimentos para impulsionar a ação climática, tanto na área florestal quanto em outros relevantes setores da economia, como indústria, geração de energia e manejo de resíduos.

Da mesma forma, é preciso haver justa remuneração pelos serviços ambientais prestados por nossos biomas ao planeta, como forma de reconhecer o caráter econômico das atividades de conservação. Estamos, reitero, abertos à cooperação internacional.

Senhoras e senhores, como todos, reafirmamos em 92, no Rio de Janeiro, na conferência presidida pelo Brasil, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de tal forma que a resposta equitativamente e de forma sustentável às necessidades ambientais e de desenvolvimento das gerações presentes e futuras.

Com esse espírito de responsabilidade coletiva e destino comum, convido-os novamente a apoiar-nos nessa missão.

Contem com o Brasil, muito obrigado.

Nesse recorte 3, por fim, o enunciador político procura convencer seus interlocutores e, por meio de domínio da razão, por um lado, realça a importância dos recursos brasileiros. Por outro lado, por meio da emoção, coloca como responsabilidade também de outros países a capacidade de o Brasil reduzir a emissão de carbono. Percebemos que tanto a razão como a emoção não correspondem ao estado psicológico real do enunciador político ou de seus interlocutores, mas aos cidadãos correligionários do presidente. Para cumprir e aumentar suas metas, o Brasil dependeria das regulamentações do mercado de carbono e de um investimento maior nos produtos internos, que fosse capaz de cobrir os gastos com as atividades de conservação. Em consequência dessa situação comunicativa, o enunciador político deixa seus interlocutores construir sua imagem, que o caracteriza por uma singularidade social, que corresponde a uma identidade discursiva, na medida em que o ele se mostra por meio daquilo que diz na encenação. Desse modo, o discurso de Bolsonaro visa a construir uma imagem positiva dele, como ator político e, ao mesmo tempo, a desconstruir as acusações de descaso ambiental feitas contra ele e o seu governo. É preciso lembrar que o enunciador atribui a outros países-membros da Cúpula a responsabilidade de cooperar, para que as metas sejam atingidas.

Por esse recorte, compreendemos que a encenação é conduzida de forma a colocar o Brasil como necessário a todos os outros países, que podem e devem auxiliá-lo na preservação dos recursos essenciais. Assim, a responsabilidade de Bolsonaro torna-se mínima e a sua imagem de líder volta a ser de salvador, sujeito esforçado em utilizar os poucos mecanismos disponíveis, para contribuir com a preservação ambiental. Assim, o enunciador visa a fazer com que os interlocutores dissociem de Bolsonaro seu rosto, sua voz e seu corpo, para se concentrarem no sujeito que se diz e mostra-se na encenação. Nesta perspectiva, o enunciador cria uma imagem de si na relação da linguagem com o social. Assim, embora identifiquem-se, opera-se no imaginário social, por meio de máscaras, isto é, *representação de papéis nos quais as pessoas se conhecem e se reconhecem uns aos outros. É preciso, portanto, observar a diferença entre Bolsonaro e o enunciador, com o objetivo de afiançar-lhes uma imagem que resulta de uma opinião coletiva.*

A ação política em torno do ethos leva o enunciador de criticado a vítima, de dependente a soberano, de fraco a poderoso e inclui Biden e os demais líderes, presentes no evento, como parte de um problema, que recebe a devida atenção e não merece as críticas recebidas. Portanto, a imagem de Bolsonaro e o ethos do enunciador são retrabalhados, recolocados e retornam à posição de poder, de equilíbrio perante os desafios apresentados, reforçando para o mundo a sua superioridade ética e sua preocupação com o Brasil, reavendo sua legitimidade conquistada como líder político. Resta-nos afirmar que, no campo político, o discurso de Bolsonaro é marcado por incredibilidade, por conta de posicionamentos contraditórios e, por isso, muito questionado por seus interlocutores.

5 Considerações finais

Nosso trabalho examinou o discurso político de Jair Bolsonaro, pronunciado na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em 22 de abril de 2021. Verificamos a imagem do ator político, Bolsonaro, a linguagem que ele partilha com os seus interlocutores e a forma como constrói para si um *ethos* político em meio ao contrato e às normas sociais, que garantem a eficácia de seu discurso. No percurso analítico, explicitamos as estratégias de poder, os posicionamentos e os efeitos de sentido que o discurso do presidente exerce sobre as relações sociais do Brasil com o mundo.

O atual momento mundial e, particularmente, do Brasil, justifica falar de questões políticas e dos discursos pronunciados por nossos políticos, de modo particular, de discursos proferidos pelo presidente da República, marcados de manifestações imprevistas. Não estando vinculado apenas aos temas de proteção ambiental, o negacionismo científico constitutivo do governo Bolsonaro é matéria recorrente na mídia e entre a maior parte dos críticos ao governo, que o responsabilizam pelos prejuízos econômicos e sociais advindos de seus posicionamentos e ações. Além de alguns de seus ministros, o próprio presidente levanta questões, que buscam distorcer informações e afastar o foco de pontos primordiais nas decisões de sua gestão.

Os resultados de nossa análise apontam que o discurso de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes do Clima não apresenta novidades. Lá fora, assume compromissos ambientais; aqui, no Brasil, provoca destruição do meio ambiente e da Amazônia. Nesse discurso, Bolsonaro mente para construir uma imagem positiva de si, falando exatamente o contrário do que faz no Brasil. Além disso, destoa das políticas de seus antecessores em relação ao meio ambiente e ao aquecimento global e objetiva colocar seus interlocutores em uma relação de confiança e submissão a seu poder. Nesse contexto de negacionismo, a imagem de Bolsonaro passa por um processo de desgaste e de afastamento das conquistas do Brasil e dos demais países membros dos principais acordos internacionais. Em consequência disso, Bolsonaro vêm sendo reconhecido por opositores, cientistas políticos como um governo de extrema-direita, com posicionamentos autoritários. Essa imagem perante os líderes indicia relações internacionais, alcança um patamar temerário, que coloca em risco acordos antes pouco ou nada contestados por governos brasileiros.

Resta-nos dizer, que a AD, nas perspectivas de Charaudeau (2006, 2016), tornou-nos fundamental para a realização dessa pesquisa, pois uma das formas de manifestação do discurso político está justamente na maneira como o enunciador político promete e justifica suas próprias ações e posicionamentos para criar uma imagem positiva de si.

Referências

AMARAL, A. C. Assinado há cinco anos, Acordo de Paris resiste a líderes que negam mudanças climáticas. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 dez. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/assinado-ha-cinco-anos-acordo-de-paris-resiste-a-lideres-que-negam-mudancas-climaticas.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BARBOSA, C. Acordo de Paris completa cinco anos, e Brasil retrocede nas políticas

ambientais. Brasil de Fato, Belém, 12 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/acordo-de-paris-completa-cinco-anos-e-brasil-retrocede-nas-politicas-ambientais>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BLOMMAERT, J. *Trump's Tweetopoetics*. Disponível em: <https://www.tilburguniversity.edu/sites/default/files/download/TPCS_203_Blommaert_2.pdf>2018. Acesso em: 25 jul. 2021.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bolsonaro diz não ter 'dúvida' de que nazismo era de esquerda. G1, Brasília, 02 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/bolsonaro-diz-nao-haver-duvida-de-que-nazismo-era-de-esquerda.ghtml>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

COURTINE, J. J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

DI CUNTO, R.; ARAÚJO, C.; FREITAS, C. Novo chanceler diz que esquerda criou 'ideologia da mudança climática'. Valor, Brasília e São Paulo, 15 nov. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/11/15/novo-chanceler-diz-que-esquerda-criou-ideologia-da-mudanca-climatica.ghtml>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GORTÁZAR, N. G. Pregação de Bolsonaro contra urna eletrônica repete Trump e arrisca judicializar eleição de 2022. El País, São Paulo, 26 mai. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-26/pregacao-de-bolsonaro-contra-urna-eletronica-repete-trump-e-arrisca-judicializar-eleicao-de-2022.html>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MODELLI, L. Novas metas de Salles para o Acordo de Paris liberam mais emissões no Brasil, aponta Observatório do Clima. G1, 10 dez. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/12/10/novas-metas-de-salles-para-o-acordo-de-paris-liberam-mais-emissoes-no-brasil-aponta-observatorio-do-clima.ghtml>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

Negacionista na pandemia, Jair Bolsonaro destoa de antecessores. Correio Braziliense, 03 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4921849-negacionista-na-pandemia-jair-bolsonaro-destoa-de-antecessores.html>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

O que é a Cúpula de Líderes, na qual Biden deve pressionar Bolsonaro contra desmatamento na Amazônia. BBC, 18 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56854692>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

OLIVEIRA, C. Ricardo Salles: 13 fatos que fazem do ministro ameaça ao meio ambiente global. Rede Brasil Atual, 20 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2021/04/ricardo-salles-13-fatos-que-fazem-do-ministro-uma-ameaca-ao-meio-ambiente-global/>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

OLIVEIRA, R. Governo Bolsonaro prega "negacionismo histórico" sobre a ditadura. El País, São Paulo, 05 abr. 2019. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, R. Entrevista: 'Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história', diz Federico Finchelstein. The Intercept Brasil, 07 jul. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SAMPAIO, C. "Musa do veneno": saiba quem é a ministra da Agricultura de Bolsonaro. Brasil de Fato, Brasília, 09 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-a-ministra-da-agricultura-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SCHAUENBERG, T. Protocolo de Kyoto foi marco na proteção climática, mas insuficiente. DW, 16 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/protocolo-de-kyoto-foi-marco-na-prote%C3%A7%C3%A3o-clim%C3%A1tica-mas-insuficiente/a-52399555>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

Senado. Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

WATTS, J. Brazil's new foreign minister believes climate change is a Marxist plot. The Guardian, 15 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/nov/15/brazil-foreign-minister-ernesto-araujo-climate-change-marxist-plot>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Recebido em: 30/07/2021

Aceito em: 22/10/2021